

O RISCO DE LULA IV QUE A FARIA LIMA FINGE NÃO VER

A Faria Lima ainda não entendeu. Ou entendeu e está se fazendo de desentendida. Continua tratando um eventual quarto mandato de Lula como uma conta conhecida: gasto público, juros, câmbio e algum ruído institucional. Essa conta já seria ruim. Mas deixa de fora um risco que começou a entrar diretamente nos contratos das empresas brasileiras.

A disputa entre Estados Unidos e China não está mais restrita a tarifas e semicondutores. Entrou nas certificações, nas auditorias, nas licenças de exportação e nas regras de rastreamento de fornecedores. O Brasil vende para os dois lados, compra dos dois e depende dos dois. Vai atravessar essa fase com a relação americana desgastada e a dependência chinesa intacta.

Nesta semana, Pequim determinou uma análise rigorosa, caso a caso, das exportações para os Estados Unidos de drones, componentes essenciais e tecnologias de uso dual já submetidos a controle. Também suspendeu agências sediadas nos EUA de inspeções ligadas ao sistema chinês de certificação obrigatória e proibiu negócios com entidades americanas envolvidas em testes, certificação e rastreamento de cadeias produtivas. Não é um bloqueio geral. É uma demonstração de poder: quem ajudar Washington a apertar a China pode pagar por isso no mercado chinês.

Washington aperta pelo outro lado. No fim de julho, incluiu outras 43 empresas chinesas na lista ligada à Lei de Prevenção do Trabalho Forçado Uigur, ampliando as exigências de rastreabilidade para importadores. A disputa agora alcança bancos, seguradoras, auditores, certificadoras e compradores. As duas potências querem saber não apenas o que uma empresa vende, mas de onde compra, com quem trabalha e quais regras aceita cumprir.

Para uma empresa brasileira, o efeito aparece no contrato. Um grupo pode exportar minério ou proteína para a China, comprar máquinas e componentes chineses e atender clientes nos Estados Unidos. A exigência que satisfaz o regulador americano pode ser vista por Pequim como colaboração com uma sanção. O procedimento aceito na China pode aumentar o risco regulatório nos EUA.

A consequência aparece antes de qualquer sanção formal. A licença demora, o seguro encarece, o banco pede mais garantias, o pagamento fica retido e o comprador troca de fornecedor para não carregar uma incerteza que não controla. O departamento jurídico pode até adaptar cláusulas, mas não pode substituir a diplomacia de um país. É aqui que fica difícil acreditar que a Faria Lima simplesmente não percebeu tal cenário. Talvez tenha percebido e feito outra conta.

Os grandes grupos conseguem comprar proteção, contratar escritórios no exterior, deslocar operações e repassar parte do custo. A indústria média, o produtor, o exportador e o consumidor não têm a mesma proteção. Para quem consegue mandar a conta adiante, Lula IV pode mesmo parecer administrável.

Lula passou quase quatro anos azedando a relação com os Estados Unidos sem reduzir em nada a dependência brasileira da China. No primeiro semestre de 2026, as exportações brasileiras para o mercado americano caíram 13%. Ao mesmo tempo, a China continuou como principal parceiro comercial do país. O Brasil chegou a este ponto com menos espaço em Washington e a mesma necessidade de vender para Pequim.

Um quarto mandato começaria daí: Washington desconfiando do governo brasileiro, Pequim plenamente consciente da nossa dependência e empresas nacionais tentando cumprir regras que podem entrar em choque. A disputa não vai esperar o Brasil organizar sua política externa. Cada nova rodada de retaliação reduz nossa margem e encarece a operação nos dois mercados.

É por isso que a escolha de 2026 também será uma escolha de política externa. Hoje, só Flávio Bolsonaro reúne condições políticas para recompor a relação com os americanos sem comprar uma ruptura inútil com a China. Ele já declarou que pretende conduzir a política externa com pragmatismo e conversar com os dois países conforme o interesse do Brasil. Não se trata de escolher Washington e hostilizar Pequim. Trata-se de manter o mercado chinês aberto, recuperar espaço nos Estados Unidos e negociar com os dois a partir do que o Brasil tem a oferecer.

O Brasil tem alimentos, energia, minerais, mercado consumidor e relevância regional. Mas isso só se converte em força de negociação quando o governo mantém portas abertas nos dois lados. Lula fez o contrário: tensionou a relação com Washington e tratou a dependência de Pequim como se fosse soberania. Esse é o risco que a Faria Lima prefere deixar fora da conta. Não por falta de informação, mas por conveniência. Parte do mercado acredita que conseguirá se proteger, repassar o prejuízo e seguir em frente. O país não tem esse privilégio.

Lula IV não significaria apenas mais gastos, mais juros e mais impostos. Também significaria entrar na maior disputa econômica do mundo com pouca interlocução em Washington, dependência de Pequim e empresas brasileiras pagando pela política externa do próprio governo.

- **Cerco regulatório:** Estados Unidos e China ampliam a disputa para certificações, auditorias, licenças, fornecedores e rastreamento de cadeias produtivas.
- **Custo nos contratos:** Empresas brasileiras enfrentam seguros mais caros, pagamentos retidos, novas garantias, demora em licenças e possível perda de compradores.
- **Isolamento brasileiro:** O desgaste com Washington e a dependência de Pequim reduzem a capacidade de negociação do Brasil e transferem às empresas o custo da política externa.

